



Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Inspier, é autor de “Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?”, e colunista da Folha de S.Paulo

O pobre e o orçamento público

É preciso excluir do orçamento os privilégios a fim de atender os pobres

O presidente eleito tem repetido que “é preciso incluir os pobres no orçamento público”. Até que ponto eles estão excluídos?

O FMI criou uma estatística fiscal em que classifica os gastos por “função de governo”. A categoria “proteção social” se aproxima do que seria a participação dos pobres no orçamento. Ali estão despesas com: idosos, doentes, deficientes, pensionistas, famílias, crianças, desempregados, habitação, proteção social e populações excluídas.

Dentre 58 países para os quais há dados referentes a 2019, o Brasil desponta como o quarto colocado, com 14,3% do PIB, ficando atrás apenas de San Marino (18,2%), Espanha (15,8%) e Norue-

ga (15,6%).

Portanto, já gastamos muito com “proteção social”. Como esses dados são de antes da pandemia, e desde então houve a ampliação do Auxílio Brasil de R\$ 32 bilhões para R\$ 106 bilhões, atualmente estamos gastando ainda mais.

Isso não garante que os pobres estejam plenamente contemplados no orçamento. Pode ser que nossos gastos em “proteção social” não cheguem até eles.

Abrindo os dados brasileiros nas diversas categorias de “proteção social”, observamos que quase 70% referem-se à Previdência (idosos e pensionistas): temos o quinto maior gasto previdenciário entre os 58 países da base de dados. Diversos estudos -entre eles o relatório “Um ajuste justo”, do Banco Mundial- mostram que o gasto com Previdência beneficia principalmente a classe média, e não os pobres.

Quando excluimos da conta os gastos previdenciários, ainda fi-

camos entre os 20% que mais gastam com outras políticas de “proteção social”. Mas também nesse conjunto há programas que não chegam aos mais pobres, como o abono salarial e o salário-família.

A forma mais cômoda de tentar beneficiar os miseráveis é aumentar o gasto em programas que conseguiriam atendê-los, não mexer em outras despesas do orçamento, sejam elas voltadas a “proteção social que não chegam aos pobres” ou a outras finalidades. Assim, não seria preciso tirar benefícios de ninguém, e a resistência política seria menor.

Mas essa estratégia tem custo para os pobres. Ela requer aumento de impostos, da dívida pública ou da inflação. O sistema tributário atual pune excessivamente os pobres. A inflação é uma máquina de fabricar pobreza. A dívida aumentará a despesa com juros, pagos às pessoas que têm poupança e que, obviamente, não são as mais pobres.

Por isso, um debate sério sobre incluir os pobres no orçamento deve começar não pelo aumento de despesas, que já é alta, e sim por substituir as de pior qualidade por programas eficazes de redução da pobreza.

As primeiras da fila da exclusão deveriam ser as emendas parlamentares -todas elas, não só as de relator. Em artigo no Blog do Ibre, em coautoria com Fabio Giambiagi e Paulo Hartung, mostramos que não há um argumento sequer que dê sustentação técnica a essas despesas. Elas alimentam a corrupção e empobrecem o Brasil.

Na mesma linha, é preciso diminuir benefícios fiscais, tributários e financeiros que consomem recursos públicos, beneficiam ricos e derrubam o potencial de crescimento da economia. Uma reforma do Imposto de Renda que o torne mais progressivo também ajudaria.

Outra linha de atuação deve ser a reforma dos gastos em “proteção social”. A Previdência ainda custa caro e mantém privilégios,

como os das profissões que se aposentam mais cedo. Programas sociais anacrônicos precisam dar lugar aos mais eficazes.

A transformação do Bolsa Família em Auxílio Brasil, a despeito de ter quase triplicado o valor gasto, piorou a capacidade de chegar aos mais pobres. Como mostram Pedro Nery no jornal O Estado de S. Paulo de 15/11 e Cecilia Machado, na Folha de 7/11, as famílias são estimuladas a se dividir para receber mais; um indivíduo sozinho recebe o mesmo que uma mãe solo com muitos filhos; e aquelas que têm renda R\$ 0,10 acima da linha de pobreza não recebem nada, enquanto quem está R\$ 0,10 abaixo recebe R\$ 600. O desenho tem que ser refeito, antes de se colocar ainda mais dinheiro no programa.

Esse é o debate sério que efetivamente colocará os pobres no orçamento. Pedir licença para gastar mais, sem corrigir as distorções atuais, só agravará a nossa mediocridade econômica e atenderá o interesse dos não pobres.



Feirão
acordo fácil
Banrisul

Comece 2023 com
o nome limpo.

Acesse banrisul.com.br/renegocie
e saiba mais.



banrisul

SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200

Para Campos Neto, preocupação mundial deve passar de inflação para crescimento baixo

/ CONJUNTURA

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, considerou, em um evento da BlackRock, que a preocupação principal no mundo deve passar de inflação para crescimento baixo daqui para frente, com a percepção que de o pior já passou na questão inflacionária em vários países. “Talvez a gente entre em um período agora de mudança da preocupação principal de inflação para crescimento baixo. A inflação não subindo, mas persistente e o crescimento mais baixo ou com taxas negativas.”

Segundo Campos Neto, o entendimento do BC é que o ano de 2023 é de desaceleração de crescimento, também no Brasil. Ele citou indicadores de confiança e pesquisas que ainda apontam que o maior risco para o crescimento global é para baixo.

O presidente do BC voltou a dizer que o risco para o mercado financeiro saiu do sistema tradicional para fora. “Volume de derivativos está subindo muito em players que não estão no mundo regulado”, disse, citando também a liquidez fraca na parte de títulos soberanos.

Campos Neto ainda disse

que é importante que os diretores da autoridade monetária, incluindo ele próprio, cumpram seus mandatos até o final e que isso fortalece a recém-conquistada autonomia do órgão. “É muito importante que os dirigentes entendam que eles têm um mandato, têm que cumprir o mandato para exercer essa autonomia e, no caso, isso se estende a mim também. É importante que eu fique esses dois anos e que eu mostre que todo o esforço que foi feito a esse movimento de ganho institucional sirva para momentos de transição de governo”, afirmou.



Dirigente pretende concluir mandato pela autonomia do BC

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC